

AVALIAÇÕES EX-POST DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM RONDÔNIA

DEBORAH PIMENTEL COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

EMILIANY HERMELINDA ZIMMER SIMIONATO BIAVATTI

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

HAROLDO DE SÁ MEDEIROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

SANDRA DA CRUZ GARCIA DO ESPIRITO SANTO AGUIAR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

AVALIAÇÕES *EX-POST* DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM RONDÔNIA

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas representam o conjunto de decisões e ações adotadas pelo poder público com o objetivo de atender às demandas da sociedade e alcançar resultados desejáveis (Saravia, 2006). No contexto do turismo, essas políticas têm o potencial de melhorar a qualidade de vida das comunidades receptoras, além de atrair investimentos que impulsionam o desenvolvimento do destino. No Brasil, o turismo é um setor em expansão, representando 8% do Produto Interno Bruto (PIB) (Ministério do Turismo, 2024). Segundo o Índice de Desenvolvimento de Viagens e Turismo (TTDI) do World Economic Forum (2024), o país ocupa a vigésima sexta posição no ranking competitivo do turismo. Os 30 países melhores colocados foram responsáveis por mais de 75% do PIB do setor de turismo em 2022 e por 70% do crescimento do PIB entre 2020 e 2022.

Dentro desse contexto nacional de crescimento, o estado de Rondônia, localizado na região da Amazônia Brasileira, apresenta diversas potencialidades turísticas, destacando-se por seus cenários naturais e sua rica história e diversidade cultural. No entanto, o desenvolvimento do turismo em Rondônia enfrenta desafios significativos para concretizar seu potencial. Isso inclui as restrições do transporte aéreo, evidenciadas pela diminuição dos voos em 2023 e pelos altos custos das passagens, como demonstram os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que indicam que Rondônia teve a maior tarifa média aérea em março de 2024 em relação aos outros estados, destacando os persistentes desafios relacionados aos custos elevados no estado.

Esses obstáculos são agravados pela falta de interesse turístico revelada em pesquisas conduzidas pelo Ministério do Turismo (2023), onde Rondônia não foi incluída na lista de destinos mais visitados pelos brasileiros durante o verão, nem entre os estados cogitados para viagens nos próximos 12 meses. Apesar desses desafios, o governo de Rondônia (2024), relata resultados positivos no setor turístico no primeiro trimestre de 2024. Segundo o governo, os esforços concentrados em programas, projetos, exposições, capacitações e outras iniciativas governamentais têm contribuído para o crescente interesse da população pelos atrativos locais, graças às políticas públicas de estímulo implementadas pelo Estado.

Diante disso, é essencial realizar a avaliação das políticas públicas voltadas para o turismo. É por meio dessa avaliação que se pode garantir a qualidade da gestão e o controle sobre a efetividade das ações do Estado. Uma vez que seu objetivo é identificar, obter e fornecer, de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um julgamento sobre o mérito e o valor de diferentes componentes de um programa, seja na fase de diagnóstico, programação e execução, ou de um conjunto de atividades específicas que estão sendo realizadas, foram realizadas ou serão realizadas (Aguilar e Ander-Egg, 1994).

O estágio do ciclo de política ao qual a avaliação se refere é um elemento determinante para os diferentes tipos de avaliação, nas diversas classificações existentes. Uma tipologia comum é a distinção entre avaliações *ex-ante* e *ex-post*. As avaliações *ex-ante* consistem no levantamento de necessidades e estudos de viabilidade que orientam a formulação e a tomada de decisões para uma política. Já as avaliações *ex-post* ocorrem durante ou após a implementação da política (Baptista; Rezende, 2011).

Neste contexto, este trabalho busca responder à seguinte pergunta: como são realizadas as avaliações *ex-post* das políticas públicas estaduais de turismo em Rondônia? Para responder a essa pergunta de pesquisa, o objetivo geral é identificar as metodologias

empregadas nas avaliações *ex-post* das políticas públicas de turismo em Rondônia. Os objetivos específicos são: (1) mapear as políticas públicas de turismo implementadas em Rondônia; (2) Identificar os métodos de coleta e análise de dados empregados nas avaliações *ex-post* das políticas públicas de turismo em Rondônia; (3) Identificar os critérios e indicadores utilizados nas avaliações *ex-post* das políticas públicas de turismo em Rondônia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ciclo de políticas públicas

A análise das políticas públicas concentra-se na investigação das decisões políticas e nos programas de ação governamental, que visam abordar as origens dos problemas, as soluções propostas e as condições de sua implementação (Araújo; Rodrigues, 2017).

Harold Lasswell, pioneiro na análise de políticas públicas nas décadas de 1930 e 1940, propôs um modelo linear de sete etapas para a formulação de políticas, integrando várias disciplinas como sociologia, psicologia, administração e ciência política (Baptista; Rezende, 2011). No entanto, este modelo foi criticado por sua simplicidade. Em 1959, Charles Lindblom argumentou que o processo político é complexo e interativo, sem sequência definida. Posteriormente, em 1974, Gary Brewer destacou que as políticas são modificadas continuamente e acrescentou a fase de reconhecimento do problema ao modelo de Lasswell. Já em 1970, Charles O. Jones expandiu essa abordagem para dez etapas, oferecendo uma visão mais detalhada e consolidada do processo político (Araújo; Rodrigues, 2017).

Assim, buscava-se destacar que o ciclo da política era um processo com inúmeros momentos de reformulação e não um mecanismo operativo infalível. Nos anos 1990, Howlett e Ramesh resumiram as fases do processo de políticas públicas em cinco etapas: (1) formação da agenda; (2) formulação da política; (3) tomada de decisão; (4) implementação e (5) avaliação (Baptista; Rezende, 2011).

A elaboração de políticas requer o reconhecimento de um problema político, o que implica identificar um problema social e reconhecer a necessidade de intervenção estatal. O próximo passo é assegurar que o problema identificado seja incluído na agenda para uma consideração séria da ação pública. A agenda consiste em uma lista de questões ou problemas aos quais o governo e pessoas externas a ele, intimamente relacionadas, estão prestando muita atenção em um dado momento (Fischer; Miller; Sidney, 2007).

Na sequência do ciclo político, a fase seguinte à inclusão do problema na agenda governamental é a formulação de políticas, momento em que são concebidas soluções e alternativas para o problema dentro do governo, refletindo um diálogo entre intenções e ações. Para alguns analistas, somente após essa etapa de formulação é que são estabelecidas as condições para a tomada de decisão, que compreende o processo pelo qual o governo escolhe uma solução específica ou uma combinação delas, determinando um curso de ação ou inação. Dessa forma, durante a fase de tomada de decisão, são definidas as metas a serem alcançadas, os recursos a serem empregados e o horizonte temporal da intervenção (Baptista; Rezende, 2011).

A última fase do ciclo político é a avaliação. Embora a avaliação seja categorizada como uma fase específica no ciclo político, ela tem sido empregada, nos modelos que adotam essa perspectiva, como um instrumento para subsidiar a tomada de decisões em vários momentos ao longo das diferentes etapas do ciclo. Assim, a avaliação não se restringe à avaliação dos resultados da política nem à fase final do processo. Isso evidencia a importância de compreender algumas características das avaliações que determinam sua classificação e implicam em abordagens avaliativas distintas, com diferentes instrumentos, recursos e duração operacional (Baptista; Rezende, 2011).

2.2 Avaliação das políticas públicas

Nessa fase do ciclo, busca-se avaliar o sucesso da política pública em termos de suas realizações, resultados e impactos. As informações obtidas dessa análise promovem a prestação de contas e a transparência pública. Além disso, essas informações possuem um potencial significativo para orientar os próximos passos da política com base em evidências concretas, seja para a manutenção, ampliação, modificação ou extinção da própria política. Nesse contexto, essa fase é importante para a produção de informações sobre as etapas anteriores e para a formulação de recomendações futuras (Ferrão; Paixão, 2018).

A avaliação de políticas públicas tem como principal objetivo verificar a eficiência no uso dos recursos públicos e identificar oportunidades para aprimorar a ação estatal. Isso visa a melhorar os processos, os resultados e a gestão das políticas. As metodologias e ferramentas analíticas utilizadas na avaliação fundamentam a tomada de decisão dos gestores públicos, visando ao aprimoramento contínuo das políticas em execução (Brasil, p.14, 2018).

Ao mesmo tempo, a avaliação é um processo de atribuição de valor a uma atividade, programa ou política, um processo de julgamento tão sistemático e objetivo quanto possível (Ramos; Schbbach, 2012). Consiste fundamentalmente em fazer um julgamento de valor sobre uma intervenção ou qualquer um de seus componentes, visando auxiliar na tomada de decisões. Esse processo decisório pode decorrer da aplicação de critérios e normas, configurando o que se denomina avaliação normativa, ou ser desenvolvido através de um método científico, caracterizando o que é conhecido como pesquisa avaliativa (Hartz, 1997).

Os tipos de avaliação podem ser classificados com base em critérios adicionais, tais como o agente que realiza a avaliação, a natureza ou função da avaliação, o momento ou tempo em que é realizada e o tipo de problema abordado. Quanto ao agente responsável, a avaliação pode ser classificada em interna, externa, mista e participativa. Cada opção entre essas alternativas traz consigo ganhos e benefícios (Cotta, 1998). A avaliação interna ocorre dentro da própria instituição e conta com a participação direta das pessoas envolvidas no programa ou projeto. A avaliação externa é conduzida por especialistas externos à instituição responsável pelo programa, apresentando vantagens e desvantagens distintas (Cunha, 2006). Na avaliação mista, busca-se combinar os tipos de avaliação anteriores, permitindo que os avaliadores externos tenham um contato estreito com os participantes do programa a ser avaliado. Essa abordagem busca manter as vantagens e superar as desvantagens das avaliações mencionadas anteriormente. A avaliação participativa, usada principalmente para pequenos projetos, envolve a participação dos beneficiários das ações em todas as etapas, desde o planejamento e programação até a execução e avaliação (Cohen; Franco, 2008).

A classificação quanto à natureza ou função, é dividida entre formativa e somativa. As avaliações formativas são normalmente realizadas durante a implementação de um programa, visando adquirir mais conhecimento sobre o processo de aprendizagem ao qual se deseja contribuir. Seu propósito principal é fortalecer e aprimorar a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa. Por outro lado, as avaliações somativas são realizadas frequentemente quando o programa já está em execução há algum tempo, com o intuito de estudar sua eficácia e julgar seu valor geral. Elas são tipicamente utilizadas como meio de auxiliar na alocação de recursos ou promover mais responsabilidade (Ala-Harja; Helgason, 2000).

Seguindo as classificações dos tipos de avaliações quanto ao tempo ou momento, estas são divididas entre *ex-ante* e *ex-post*. A avaliação *ex-ante* fornece critérios racionais para determinar se um projeto deve ou não ser implementado. Nessa etapa, é formulado o desenho da política pública, o qual define objetivos, público-alvo, métodos, instrumentos de atuação, participantes e metas a serem alcançadas. Seu propósito é elaborar um plano de ação destinado a resolver problemas sociais (Dezan; Silva, 2023).

Por sua vez, a avaliação *ex-post* ocorre durante a execução ou ao final de um programa. Nos projetos em andamento, a decisão de continuidade ou interrupção se apoia nos resultados obtidos, havendo a oportunidade de ajustar a programação conforme necessário. Em projetos concluídos, a determinação da continuidade é feita considerando se os benefícios superam os custos, evitando novas iniciativas semelhantes se os custos forem maiores que os benefícios (Cohen; Franco, 2008).

Por último, a avaliação, conforme o tipo de problema, é dividida em avaliações de processo, impacto e resultado. A avaliação de processo detecta dificuldades durante a execução do programa, permitindo correções e adequações, focando na implementação e verificando se o programa é realizado conforme o previsto e se beneficia o público-alvo corretamente. A avaliação de resultados examina se o programa alcançou seus objetivos e os efeitos e consequências gerados, avaliando mudanças nas condições de vida das populações beneficiadas após a implementação. Já a avaliação de impacto verifica a relação causal entre a implantação do programa e as alterações nas condições sociais da população, avaliando o alcance efetivo das metas e objetivos gerais (Ramos; Schbbach, 2012).

Dessa forma, percebe-se que existem várias tipologias e classificações de políticas públicas que colaboram para o planejamento e o processo político como um todo, fornecendo feedback sobre a eficiência e a eficácia de diversos projetos e permitindo a análise dos resultados obtidos, o que possibilita sua reorientação em direção aos objetivos estabelecidos. Assim, o controle pode acompanhar as diversas etapas desse processo, conduzindo a adaptações permanentes do programa e propiciando uma reformulação contínua da política (Cohen; Franco, 2008).

2.3 Avaliação *ex-post*

A avaliação *ex-post* é realizada durante a execução de um programa ou ao seu término, baseando-se nos resultados alcançados. Esse tipo de avaliação determina se um programa em andamento deve continuar, considerando os resultados obtidos até o momento. Se a decisão for positiva, avalia-se se a formulação original deve ser mantida ou modificada. Para programas já concluídos, a avaliação considera a relevância do uso futuro da experiência, decidindo se o mesmo tipo de programa deve ser implementado novamente. A avaliação *ex-post* é metodologicamente a mais desenvolvida e a mais amplamente aplicada (Cohen; Franco, 2008).

Além disso, são considerados critérios como eficácia, efetividade, impacto e custo-efetividade na avaliação de programas e projetos. A eficácia refere-se ao alcance dos objetivos e metas do programa na população beneficiária em um período específico, independentemente dos custos associados. Por sua vez, a efetividade expressa o resultado tangível dos fins, objetivos gerais, específicos e metas desejadas. O impacto dos programas e projetos é influenciado pela eficácia e efetividade em sua execução, bem como pela relevância dos serviços ou produtos para resolver problemas ou alcançar objetivos específicos. Além disso, o critério de custo-efetividade é amplamente utilizado em programas ou projetos que buscam benefícios universais, visando maximizar o atendimento ao público-alvo com os recursos disponíveis (Hernandez Orozco, 1986; Lopez, 1986 *apud* Maia, 2008).

Uma característica fundamental das políticas é o uso de indicadores e metas para medir a eficácia e a eficiência dos processos. Os indicadores são essenciais para evidenciar o sucesso esperado ou alcançado em um processo, apoiando a gestão e a tomada de decisão. Processos diretamente ligados aos resultados devem ser monitorados com indicadores de desempenho, enquanto outros podem ser monitorados conforme necessário. Para definir bons indicadores, eles devem ser simples, mensuráveis, relevantes, viáveis, acionáveis e limitados em número. Já as metas devem ser alcançáveis e atreladas a um prazo. É ideal documentar

detalhadamente cada indicador, incluindo identificação, descrição, fórmula de cálculo, periodicidade e fonte de coleta (Brasil, 2024).

Com o intuito de melhorar as avaliações de políticas públicas no Brasil, em 2018, o Governo Federal lançou o “Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise *ex-post*”. Este guia consolida diretrizes fundamentais para a avaliação de políticas públicas, fundamentando-se em dados científicos e estatísticas. Ele representa um ponto de partida para os agentes públicos responsáveis por essa tarefa. Propõe inicialmente uma avaliação executiva, que oferece uma visão geral rápida e prática da política pública, identificando áreas com maior potencial de melhorias. Esta avaliação abrange diversos aspectos, como panorama geral, análise do problema, teoria do programa, atividades e produtos, resultados e impactos, custos e gestão financeira, além de indicadores de eficiência. Com base nessas análises, são feitas recomendações para aprimorar a política ou redirecionar recursos públicos.

Com os resultados da avaliação executiva, é possível desenvolver outras abordagens para aprofundar a análise de componentes específicos da política. Essas abordagens são categorizadas como diagnóstico do problema, desenho, implementação, governança, resultados, impacto, econômica ou retorno econômico e social, e eficiência. Cada uma dessas categorias pode concentrar-se nos efeitos percebidos na realidade (avaliação de resultado ou de impacto) ou na capacidade de fornecimento do produto, ou serviço planejado (avaliação de processo ou análise de eficiência) (Brasil, 2018, p. 30).

No diagnóstico do problema, utiliza-se como ferramentas a árvore do problema e a árvore de objetivos. A construção dessas árvores envolve estudos que validam a relação entre causa, problema e efeito, utilizando metodologias como revisão sistemática, meta-avaliação ou meta-análise, abrangendo dados qualitativos e quantitativos, estatísticas detalhadas e resultados de avaliações anteriores (Brasil, p.105, 2018). Já na avaliação de desenho, analisa-se a teoria do programa para avaliar sua consistência e lógica interna. Esta análise visa identificar erros ou falhas no desenho da política pública, propondo mudanças para corrigi-los. Esse processo se desenvolve em etapas intermediárias que devem explicitar os resultados esperados (Howlett; Mukherjee; Rayner, 2014).

A implementação verifica se uma política está sendo executada conforme planejado, integrando insumos, processos e produtos. Utiliza técnicas como entrevistas, inspeções, observações e análise de dados quantitativos e qualitativos para verificar a conformidade e eficiência da execução. Já a governança investiga como liderança, estratégia e controle influenciam os resultados e objetivos de uma política pública. Ela utiliza métodos multicritérios para orientar a tomada de decisões em ambientes complexos, identificando áreas prioritárias que necessitam de atenção dos gestores. Enquanto isso, os resultados, buscam identificar os fatores que influenciam o cumprimento das metas de uma política e avaliar a satisfação dos usuários. Utilizando métodos quantitativos e qualitativos, como observações naturais, estudos de caso e pesquisas, essa avaliação analisa se as metas alcançadas estão alinhadas com o planejamento inicial da política (Brasil, p. 216-242, 2018).

Diferente das avaliações anteriores, a de impacto tem seu foco na quantificação dos efeitos causais da política. Baseia-se na causalidade, exigindo o controle de todos os outros fatores que possam influenciar os resultados. Existem métodos experimentais, quase-experimentais e não experimentais para avaliação de impacto, cada um com suas vantagens e limitações. Os métodos experimentais, como seleção aleatória, são considerados os mais robustos, mas sua aplicabilidade depende de vários fatores contextuais, incluindo regras de elegibilidade, disponibilidade de recursos e informações sobre os participantes. Como alternativa, os métodos quase-experimentais oferecem uma abordagem viável. Um exemplo é o método de Diferenças em Diferenças, que permite a comparação e a mensuração de resultados entre grupos-alvo de um programa ou ação e grupos de controle que não foram submetidos à intervenção (Angrist; Pischke, 2008; Pinto, 2020).

Métodos não experimentais também são amplamente utilizados, mas exigem hipóteses adicionais para construir um grupo de controle representativo (Brasil, p.268, 2018). Alguns desses modelos incluem: o Modelo Antes-Depois, que utiliza um único grupo, medindo variáveis antes e depois do impacto do programa; o Modelo Somente Depois com Grupo de Comparação, que avalia o impacto do programa já em andamento, comparando os resultados do grupo participante com um grupo de comparação; e o Modelo Somente Depois, que considera apenas um grupo, medindo variáveis após a execução do programa e reconstruindo a situação inicial para comparação. Além disso, o Propensity Score Matching (PSM), também conhecido como pareamento por escores de propensão, permite verificar a similaridade entre o grupo tratado e o grupo de controle, reduzindo possíveis problemas de superestimação ou subestimação do efeito do tratamento. Modelos de regressão com variável instrumental também são utilizados para identificar a variação dos efeitos (Pinto, 2020; Sousa, 2023). A escolha do método depende das características específicas da política e de seus objetivos de avaliação (Brasil, 2018).

As econômicas são para determinar se os projetos são viáveis. Utiliza-se o Valor Presente Líquido para comparar benefícios e custos no tempo presente, e a Taxa Interna de Retorno para calcular a taxa de retorno do investimento (Brasil, 2018). Além desses métodos, os modelos de equilíbrio geral computável são usados para simular e analisar impactos de implementação de políticas econômicas, avaliando o comportamento dos agentes econômicos (Primerano; Penna, 2024). Outra técnica utilizada é a de dados em painel, que analisa variações temporais e geográficas para capturar efeitos dinâmicos e heterogêneos (Sousa, 2023).

A análise de eficiência representa um avanço significativo na avaliação de políticas públicas, ao adicionar uma dimensão importante: o uso efetivo dos recursos. A avaliação utiliza indicadores de eficiência para avaliar o desempenho de cada unidade produtiva, como municípios, em relação ao máximo que poderiam produzir com os recursos disponíveis. Esses indicadores são calculados com base na distância entre a produção efetiva de cada unidade e a fronteira de eficiência, que representa o máximo possível de produção. A Análise de Fronteira Estocástica (SFA) é um exemplo comum de método paramétrico, enquanto a Análise Envoltória de Dados (DEA) é um exemplo de método não paramétrico. Ambos os métodos são amplamente utilizados para avaliar a eficiência de unidades produtivas e identificar áreas de melhoria (Mattos; Terra, 2015).

A análise *ex-post*, ao incorporar técnicas de gerenciamento, permite identificar os pontos críticos de uma política pública, sugerindo melhorias ou até mesmo recomendando a suspensão, ou substituição da mesma. Além disso, através de ferramentas estatísticas específicas, é possível determinar com alto grau de confiança o impacto, retorno ou eficiência de uma política. Quando integrada adequadamente a um sistema geral de gestão de desempenho, a avaliação pode preencher uma lacuna, aumentando a eficiência e eficácia do setor público e, conseqüentemente, fortalecendo a base para as atividades governamentais (Brasil, 2018).

3 METODOLOGIA

Considerando o estado de Rondônia como objeto de estudo e com base nos objetivos estabelecidos, optou-se por utilizar o método descritivo nesta pesquisa. As pesquisas descritivas têm como principal objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre variáveis pertinentes ao estudo em questão (Gil, 2002).

Para uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado, adotou-se a abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos adotados para a coleta de dados, foram utilizados a pesquisa documental e entrevista. Na pesquisa documental, os documentos podem

ser de primeira mão, sem tratamento analítico e conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, ou de segunda mão, já analisados, como relatórios de pesquisa, relatórios empresariais e tabelas estatísticas (Cellard, 2008). Neste estudo, a entrevista apresenta questões não estruturadas, geralmente abertas e em pequeno número, para captar as concepções e opiniões dos participantes (Creswell; Creswell, 2021).

A coleta de dados foi conduzida em três etapas distintas. Primeiramente, foi realizada uma busca de documentos nos sites governamentais da Superintendência Estadual de Turismo de Rondônia (SETUR). A pesquisa teve foco na aba de notícias do site oficial da SETUR, filtrando o período de 2019 a 2024, correspondente ao mandato do governador atual iniciado em 2019. Foi identificado 154 notícias relacionadas às políticas públicas de turismo, ajustando a contagem devido à repetição de algumas notícias, resultando em 29 políticas públicas distintas ao longo desses seis anos.

Em seguida, elaborou-se perguntas para próxima etapa, que consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com os gestores estaduais de turismo. As entrevistas foram conduzidas em 17 de junho de 2024, com duração de 1 hora e 15 minutos, envolvendo um total de 5 representantes estaduais. Todos os participantes consentiram voluntariamente, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Na terceira etapa, procedeu a busca dos planos de trabalho das políticas públicas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), uma plataforma abrangente que promove a eficiência administrativa através de seus módulos e funcionalidades. Foi identificado e utilizado 16 planos de trabalho para a descrição dos resultados subsequentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Mapeamento das políticas públicas de turismo em Rondônia

O mapeamento das políticas públicas de turismo em Rondônia revelou várias iniciativas governamentais direcionadas ao desenvolvimento do setor turístico. Destaca-se a Lei nº 5.093, de 24 de agosto de 2021 (Rondônia, 2021), como uma das mais proeminentes, estabelecendo diretrizes para a promoção do turismo no estado. Essa legislação abrange 10 eixos de atuação, conforme identificado pelo próprio documento e entrevistados envolvidos na pesquisa: governança, capacitação, empreendedorismo, infraestrutura turística, criação de fluxo turístico, educação, eventos, promoção, fortalecimento dos produtos turísticos e cadastro, estatística e monitoramento.

Conforme o primeiro e segundo entrevistado, os gestores utilizam esses eixos para implementar ações e programas destinados a fomentar o turismo no estado. Eles também informaram que algumas dessas iniciativas são desenvolvidas por outros órgãos estaduais. Por exemplo, a Rondônia Rural Show, que é uma feira de agronegócios realizada anualmente em Ji-Paraná município do estado de Rondônia, que promove agricultura, pecuária, tecnologia rural e produtos relacionados ao agronegócio, sendo uma iniciativa da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), que impacta diretamente o turismo ao atrair visitantes de várias regiões, promovendo assim o turismo no estado.

Com o intuito de demonstrar as políticas públicas que foram e vêm sendo realizadas, está proposto, o tabela 1 abaixo, com o mapeamento das políticas públicas identificadas.

Tabela 1 - Políticas públicas de turismo em Rondônia de 2019 a 2024.1

Lei nº 5.093, de 24 de agosto de 2021	
Eixos	Políticas Públicas
Governança	7
Capacitação	1
Empreendedorismo	2
Infraestrutura Turística	2
Criação de Fluxo Turístico	4
Educativo	1
Eventos	1
Promoção	9
Fortalecimento dos Produtos Turísticos	1
Cadastro, Estatística e Monitoramento	0

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados da pesquisa.

Com base no mapeamento, é possível observar que os eixos que mais atuam são os de Promoção e Governança. No eixo de Promoção, foram identificadas nove políticas públicas: (1) Centro de Atendimento ao Turista, (2) Sport Fishing, (3) Aqui tem Turismo, (4) Rondônia tem Tudo, (5) Conexão Etnoturismo, (6) Ecoturismo, (7) Campeonato de Motocross Rondoniense 2023, (8) Campeonato de Motocross Rondoniense 2024 e a (9) 15ª Corrida Nacional de Jericos Motorizados. No eixo de Governança, foram identificadas sete políticas públicas: (1) Viva Rondônia, (2) Rondônia para Todos, (3) Criação das Instâncias de Governança Regionais (IGR's), (4) Programa de Regionalização do Turismo, (5) Lei n.º 5302 de 13 de janeiro de 2022, (6) Rota do Café (criada pela Lei nº 5.512 em 2022) e o (7) Plano de Retomada ao Turismo de Rondônia.

Os demais eixos apresentam a seguinte distribuição: Criação de Fluxo Turístico com quatro políticas públicas, sendo elas: (1) Viaja Mais Servidor, (2) Projeto Candeias Tem Turismo, (3) 1ª Edição - Nas Ondas da Natureza e (4) Rota das Águas. Empreendedorismo possui duas políticas públicas, sendo elas: (1) Famtour e (2) Giro Empreendedor. A Infraestrutura Turística também conta com duas políticas públicas, sendo elas: (1) Placas de Sinalização e (2) Projeto Rondon. Fortalecimento dos Produtos tem apenas uma política pública, sendo (1) I Circuito Rondônia de Pesca Esportiva. A Capacitação possui apenas uma política pública, sendo (1) Projeto de Minicursos. Eventos contam com apenas uma política pública, sendo a (1) 1ª Expo TURISMO. Educativo inclui apenas uma política pública, sendo (1) Turismo Educativo. No eixo Cadastro, Estatística e Monitoramento, nenhum dado foi disponibilizado.

Apesar da lei que estabelece os eixos ter sido promulgada apenas em 2021, o que representa um avanço significativo para o desenvolvimento turístico do estado, as políticas públicas já estavam sendo planejadas e executadas. Todas essas ações são criadas com o intuito de fomentar o turismo do estado. O entrevistado 3 mencionou que essas ações não têm um início, meio e fim definidos, mas seguem uma continuidade conforme as verbas disponíveis. Isso ocorre devido ao orçamento limitado da secretaria, que dificulta a autonomia das suas iniciativas. Assim, muitas dessas ações são realizadas em parceria com entidades externas, que fornecem recursos financeiros por meio de projetos para impulsionar o turismo e a economia local.

Esses projetos são denominados de plano de trabalho, e nele consta informações sobre seus objetivos, metas, implementação, resultados, orçamentos, elaborado pelas próprias entidades externas, além disso, esse plano de trabalho é realizado devido à necessidade de envio de documentações a Procuradoria Geral do Estado (PGE), conforme relatado pelo entrevistado 1 e conforme percebido nos processos de formalização do Termo de Fomento

disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações. Esse Termo é uma exigência da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Brasil, 2014) e do Decreto Estadual n. 21.431/2016 (Rondônia, 2016) que regulamenta as normas gerais para as parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros.

4.2 Identificar os métodos de coleta e análise de dados empregados nas avaliações *ex-post* das políticas públicas de turismo em Rondônia

Em relação às avaliações das políticas públicas, o entrevistado 1 informou que ninguém pensou nisso há anos e que eles começaram a trabalhar nisso em 2022, por meio de uma avaliação escrita, um questionário elaborado pela própria SETUR, contendo 10 perguntas. A primeira aplicação ocorreu no evento de Motocross em 2023, no município de São Miguel, Rondônia. Adicionalmente, o entrevistado 1 mencionou a necessidade de adaptar e aprimorar o questionário, destacando que, por se tratar de um trabalho recente, ainda há muito a ser melhorado.

O questionário fornecido pelo entrevistado 4, contém perguntas destinadas a compreender se o respondente é morador ou visitante da localidade, local de hospedagem, meio de transporte utilizado, motivação para o deslocamento (se foi apenas para o evento ou para outro fim), questões sobre a qualidade da infraestrutura e opinião sobre o evento (se superou, atendeu plenamente ou foi indiferente/não satisfez), se veio acompanhado e se pretende participar de uma próxima edição do evento. Além disso, há uma pergunta pedindo para traduzir a experiência no evento em uma palavra.

O entrevistado 2 explicou que a SETUR é responsável por fiscalizar os eventos, garantindo o cumprimento rigoroso do plano de trabalho. Geralmente, apenas dois servidores são enviados à localidade, sendo um deles o motorista, para realizar a coleta de dados e a fiscalização. Durante os eventos, eles levam 100 folhas como amostra para a avaliação. A limitação ocorre devido a dois fatores: a necessidade de fiscalização e o fato de que os próprios servidores conduzem a avaliação, dificultando o processo de coleta de informações, já que muitas pessoas não desejam parar para responder. Além disso, muitos participantes não possuem celular, o que limita as opções para otimizar a coleta de informações. Portanto, a avaliação é feita em forma de conversa e são feitas as anotações necessárias. Outro fator limitante é a falta de acesso à internet, uma vez que muitos eventos turísticos do estado são realizados em áreas remotas.

Devido à natureza manual da avaliação, o entrevistado 2 destacou que é trabalhoso transferir os dados coletados para o Excel. Na última avaliação, ele mencionou que levou quatro horas e meia para concluir essa tarefa sozinho.

Outro tipo de avaliação realizada inclui as avaliações das capacitações oferecidas pela SETUR e pelo Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (IDEP), como os cursos de Técnico em Hospedagem, Técnico em Eventos e Técnico em Guia de Turismo. Os alunos avaliam esses cursos com base em suas próprias percepções sobre o que gostaram e o que não gostaram. Não são realizadas avaliações adicionais de outras políticas públicas. Quando questionados sobre o programa Viaja Mais Servidor e se há retorno sobre o impacto para o estado, eles informaram que possuem apenas dados quantitativos sobre a quantidade de visitantes na plataforma online por mês, dia e hora. O entrevistado 1 mencionou que não tinha dados sobre quantas pessoas utilizavam o balneário da Bebel, que faz parte das empresas cadastradas no programa Viaja Mais Servidor. Ela afirmou: "Por exemplo, o balneário da Bebel. Quantas pessoas visitaram por meio do programa Viaja Mais Servidor? Nós não temos essas informações".

O entrevistado 1 mencionou que foi criada a Portaria nº 15 de 05 de fevereiro de 2021 e Portaria nº 35 de 23 de abril de 2024, que estabelece a Comissão de Organização, Execução, Acompanhamento e Monitoramento das atividades desenvolvidas em cada eixo de

atuação da Lei nº 5.093/2021. Foram designados servidores responsáveis pelo eixo de Cadastros, Estatística e Monitoramento de Dados. Esses servidores, conforme destacado na entrevista, acompanham os eventos e recebem os dados coletados, cabendo ao servidor presente no evento encaminhá-los. Contudo, conforme apontado pelo entrevistado 5, esses dados não são analisados internamente e são encaminhados apenas ao setor solicitante, pois, muitas vezes, outro órgão que requisita essas informações.

O entrevistado 1, em conjunto com o entrevistado 2, informou adicionalmente que não há nenhum site disponível com esses dados. Eles solicitaram apoio a outros órgãos do governo para colaborar com as estatísticas, essenciais para o planejamento, a fim de obter uma noção mais clara da arrecadação gerada pelo turismo. No entanto, o entrevistado 1 destacou:

“[...] mas nem eles mesmos não têm esse filtro, porque o turismo nunca foi visto com esses olhos. Então, por exemplo, hoje, quem entra no aeroporto, quem desembarca lá, eles não têm esse filtro se está vindo para turistar, se está vindo para trabalhar, se está vindo para visitar parentes. Eles não têm esse acompanhamento. Então fica difícil de dizer [...]” (Entrevistado 1).

O órgão responsável pelo turismo no estado enfrenta várias dificuldades. Quando questionada sobre dificuldades adicionais além das já mencionadas na coleta de dados para avaliações, o entrevistado 1 destacou que as viagens frequentemente consomem muito tempo e que o descanso dos servidores nem sempre é efetivo. Além disso, devido às políticas públicas serem sempre de escopo macro, abrangendo os 52 municípios, eles muitas vezes não conseguem contatar todos os *traders* (pessoas ou empresas envolvidas no comércio de turismo) e gestores municipais para coletar dados.

O entrevistado também mencionou que vários municípios não possuem uma secretaria de turismo, e aqueles que não têm aguardam até que os vereadores aprovem legislações que estabeleçam a pasta de turismo. Por outro lado, mesmo os municípios que possuem uma secretaria de turismo nem sempre têm foco no desenvolvimento do setor, carecendo de estrutura necessária para fornecer os dados necessários à SETUR para avaliações.

Quando perguntado sobre o impacto das políticas públicas no turismo do estado, o entrevistado 1 informou que:

“Assim, todos os Famtour que a gente fez... a gente sabe que aumentou a visitação. A própria população que não conhecia aquele balneário, aquela cachoeira, aquele ponto turístico naquele município passou a visitar. Então, a gente sabe que teve benefícios para aquele município, principalmente quando o município ele é pequeno. Porém, a gente não tem... dados, a gente não tem falas. A gente sabe, conversou, né? mas que comprove com dados não tem” (Entrevistado 1).

O entrevistado 2 complementou: “a gente tem um boca-a-boca, a gente tem uma fala, a gente vê a alegria, principalmente nesse evento de Cacoal que teve esse motocross, a gente vê a alegria do pessoal de lá”.

Apesar da constatação de que não há um modelo de avaliação seguido pelos servidores do turismo, questionamos quanto ao conhecimento do Guia prático de avaliações de políticas públicas estabelecido pelo Governo Federal em 2018. Os entrevistados em concordância informaram que nunca ouviram falar, e desconhecem o guia. Foi disponibilizado o guia para posterior acesso. No entanto, os servidores questionaram quanto a usabilidade do guia ao estado, devido à forma de tramitação dos processos de políticas públicas, pois, como relatado anteriormente, o plano de trabalho, muitas vezes já vem pronto das entidades externas, não sendo reajustado pela SETUR.

4.3 Identificar os critérios e indicadores utilizados nas avaliações *ex-post* das políticas públicas de turismo em Rondônia

Com base na pesquisa documental, foram encontrados apenas 16 planos de trabalho, que podem ser considerados os desenhos dos projetos. Nestes planos, constatamos critérios e indicadores estabelecidos para as políticas públicas de turismo. Para evitar a duplicidade de planos de trabalho similares, apresentamos 10 desses documentos como exemplos representativos, conforme quadro 1:

Quadro 1 - Critérios e indicadores utilizados nos planos de trabalho

Projeto	Metas Quantitativas e Qualitativas	Indicadores	Documento
Projeto Candeias Tem Turismo	Ampliar políticas públicas de turismo; Fortalecer a tradição local; Revelar novos talentos artísticos e culturais; Estimular a economia local; Proporcionar lazer e bem-estar social; Desenvolver o turismo regional e rural; Envolver 200 organizadores e atrair 40.000 espectadores; Elevar a arrecadação municipal.	Qtd. de público, artistas e produtores culturais; Relatório dos profissionais envolvidos, fichas cadastrais, convites; registros fotográficos e filmagens.	SEI nº: 0049201579
15ª Corrida Nacional de Jericos Motorizados	Aprimorar participantes e revelar novos talentos; 300 pessoas diretas, 20.000 espectadores.	Execução conforme planejado	SEI nº: 0036921592
Etapa do Campeonato Estadual de Motocross 2023 /2024	Integrar a comunidade; Valorizar segmentos sociais e sustentáveis; Conscientizar sobre a cultura brasileira; Desenvolver expressões artísticas; Fomentar a gastronomia regional e agricultura familiar; Atrair 5.000 pessoas; Destacar o Campeonato Rondoniense com pilotos de renome; Aprimorar participantes e revelar novos talentos.	Execução conforme planejado	SEI nº: 0042606356 / SEI nº: 0048071897
Giro Empreendedor	Promover o aprimoramento econômico e social dos participantes; Incentivar o empreendedorismo; Modernizar e melhorar a estrutura do programa; Oferecer uma experiência confortável; 300 pessoas diretas, 40.000 pessoas durante o ano.	Execução conforme planejado; Dados estatísticos de atendimento e vendas.	SEI nº: 0044420343
3º Torneio de Pesca Esportiva de Cacoal	Promover a pesca e solte; Fortalecer a consciência ambiental; Apoiar ações de conservação do meio ambiente, incluindo o plantio de mudas; Divulgar o bioma do Rio Machado e seus atrativos; Estruturar um evento para 120 equipes, totalizando 480 participantes.	-	SEI nº: 0049509850
12º Arraiá Mont	Transmitir valores do turismo nacional e tradições das danças de quadrilha; Aprimorar técnicas das quadrilhas locais e promover o turismo em Rondônia; Promover inclusão social e confraternização entre diferentes grupos; Promover qualidade de vida através da dança; Fornecer material adequado para o desenvolvimento das apresentações.	-	SEI nº: 0050211788
Nas ondas da natureza	Planejamento e logística em 20 dias; Executar todas as atividades planejadas e documentar os resultados; Finalizar o projeto e consolidar seus produtos até 10 dias após a execução; Relatório de cumprimento do objeto	-	SEI nº: 0048411619

I Circuito Rondônia de Pesca Esportiva	Aquecimento das economias locais; Aumentar o fluxo turístico; Estimular a locação de casas por temporada e o interesse por investimentos imobiliários na região; Enriquecer o calendário de eventos de Rondônia; Fortalecer a imagem do estado como um destino de pesca esportiva no Brasil; Atrair empresas do setor náutico e de pesca esportiva.	Pesquisas de satisfação pública	SEI nº: 0049594495
Expo Turismo	Realizar 6 oficinas de turismo com até 800 espectadores; Mobilizar e beneficiar empresas do trade turístico; Atrair até 65 empresas e empreendedores do segmento turístico; Atingir até 10.000 visitas na feira.	-	SEI nº: 0050241367

Fonte: dados coletados de processos SEI da Superintendência Estadual de Turismo.

Esses documentos são disponibilizados pelo SEI e são de acesso público. Foi realizada uma busca pelo setor de origem SETUR-CONV no campo de pesquisa, conforme indicado pela entrevistado 3. Na análise dos planos de trabalho, evidencia-se que, embora a documentação inclua metas e indicadores, não estão formulados adequadamente. Eles carecem de mensurabilidade, o que compromete a capacidade de direcionar e avaliar o progresso e os resultados do programa. Por exemplo, metas como "desenvolver o turismo regional" e "proporcionar lazer e bem-estar social" são importantes, mas carecem de especificidade e critérios claros para avaliar seu sucesso. É importante que as metas sejam alcançáveis, atreladas a um prazo, conforme Brasil (2024). Além disso, indicadores como "execução conforme planejado no projeto" são subjetivos e não oferecem uma forma clara de mensuração. Os indicadores devem ser simples, mensuráveis, relevantes, viáveis, acionáveis e limitados em número, conforme recomendado por Brasil (2024).

Muitos projetos utilizam indicadores que se limitam a relatórios e registros fotográficos, negligenciando outras métricas que poderiam proporcionar uma compreensão mais abrangente do impacto e do sucesso do projeto. Para uma avaliação mais eficaz, é essencial que as análises de impacto investiguem a relação causal entre a implementação do programa e as mudanças nas condições sociais da população. Isso assegura uma avaliação abrangente das metas e dos objetivos gerais do projeto, conforme apontado por Ramos e Schbbach (2012).

Outra questão observada é a falta de padronização dos modelos de plano de trabalho, o que dificulta a comparação e avaliação de diferentes projetos. Essa ausência de uniformidade torna mais complexo o acompanhamento dos indicadores e a mensuração dos resultados, comprometendo a eficácia na implementação das políticas públicas e na tomada de decisões estratégicas

É notável que as metas e os indicadores se repetem em eventos semelhantes, como nos exemplos do Campeonato Estadual de Motocross Rondoniense realizados em 2023 e 2024 na cidade de Cacoal, Rondônia. Durante as entrevistas, foi mencionado que as avaliações não são realizadas, o que impede a determinação do cumprimento das metas e a necessidade de ajustes para melhor adaptação à realidade local. Adicionalmente, essas metas e indicadores são frequentemente estabelecidos por agentes externos, não sendo gerados pela própria SETUR.

Há também o problema das estimativas numéricas, como a participação de "aproximadamente 300 pessoas diretas" e uma audiência de "aproximadamente até 40.000 mil pessoas", que carecem de justificativa com dados concretos ou referências, podendo criar expectativas irrealistas. Ademais, metas vagas como "elevar a arrecadação municipal" não definem objetivos específicos ou valores-alvo a serem alcançados, o que prejudica a clareza e a eficácia dos programas e projetos desenvolvidos pela SETUR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas de turismo em Rondônia revela um esforço significativo por parte do governo estadual para promover o setor, exemplificado pela promulgação da Lei nº 5.093/2021 e pela implementação de diversas iniciativas. No entanto, a pesquisa também identifica áreas que precisam de melhorias para assegurar a eficácia e a sustentabilidade dessas políticas. Um dos principais desafios apontados é a falta de critérios e indicadores mensuráveis nos planos de trabalho, o que compromete a capacidade de avaliação e acompanhamento dos projetos. As metas e indicadores muitas vezes são formulados de maneira vaga e subjetiva, dificultando a mensuração do impacto real das ações implementadas. Indicadores mais claros e específicos são essenciais para proporcionar uma avaliação abrangente dos resultados e permitir ajustes necessários ao longo do tempo.

Além disso, a falta de padronização nos modelos de planos de trabalho dificulta a comparação entre diferentes projetos e a avaliação geral das políticas públicas. A repetição de metas e indicadores em eventos semelhantes, sem uma análise detalhada de seu cumprimento, limita o desenvolvimento de estratégias eficazes e a adaptação das políticas às necessidades locais. A coleta de dados também enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada e acesso à internet em áreas remotas, além da resistência dos participantes em responder aos questionários. Essa dependência de métodos manuais para coleta e análise de dados também contribui para a ineficiência do processo, aumentando o tempo e o esforço necessários para consolidar informações.

Adicionalmente, a falta de uma cultura de avaliação e integração com outros órgãos governamentais também dificulta a obtenção de dados essenciais para o planejamento estratégico do turismo. Embora a criação de uma comissão de organização, execução, acompanhamento e monitoramento das atividades seja um passo positivo, sua eficácia requer maior coordenação e apoio interinstitucional.

A afirmação do governo de Rondônia sobre os impactos positivos das políticas de estímulo ao turismo carece de evidências objetivas que sustentem os avanços mencionados, sublinhando a importância de uma avaliação para validar os resultados alcançados. Para melhorar as políticas públicas de turismo no estado, é fundamental investir na capacitação dos servidores, padronizar os modelos de planos de trabalho, estabelecer metas e indicadores mensuráveis e específicos, e promover uma cultura de avaliação contínua. Além disso, a colaboração com entidades externas e outros órgãos governamentais devem ser fortalecidas para garantir um fluxo constante de dados e informações que orientem a tomada de decisões estratégicas e promovam o desenvolvimento do turismo no estado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). **Tarifas aéreas**. 2024. Disponível em: <https://anac-geac.link/BI-tarifas>. Acesso em: 04 jun. 2024

AGUILAR, Maria José Ibáñez; ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de serviços e programas sociais. In: **Avaliação de serviços e programas sociais**. 1994. pág. xiii, 175-xiii, 175.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. p. 5-60, 2000. DOI: 10.21874/rsp.v51i4.334. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/334>. Acesso em: 17 maio. 2024.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. Parallel worlds: fixed effects, differences-in-differences, and panel data. In: **Mostly harmless econometrics**. Princeton University Press, 2008. p. 221-248.

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/2662>. Acesso em: 14 mai. 2024.

BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria; REZENDE, Mônica de. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.138-172. Disponível em: https://lagep.ufop.br/sites/default/files/lagep/files/baptista_e_rezende_2011_a_ideia_de_ciclo_na_analise_de_politicas_publicas.pdf?m=1591022528. Acesso em: 14 mai. 2024.

BRASIL. **Guia Prático de Gestão de Processos**. Brasília: Ministério da Economia, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/gestao-de-processos/GuiaPrcticodeGestodeProcessosv1maiode2024.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; e altera a Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, e a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2014.

BRASIL. Casa Civil. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post Volume 2**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República; 2018.

CELLARD, André. **A análise documental**. In.: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa. 2008.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis, 8ª Ed. Vozes ,2008. Disponível em: <https://doceru.com/doc/8055e55>. Acesso em: 17 mai. 2024.

COTTA, Tereza C. **Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais**: análise de resultados e de impacto. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/368/374>. Acesso em: 14 mai. 2024.

CRESWELL, John Ward.; CRESWELL, J David. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786581334192. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/>. Acesso em: 06 jun 2024.

CUNHA, Carla Giane Soares da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento** – Edição n. 12, dez. 2018. Trabalho elaborado durante o curso “The Theory and Operation of a Modern National Economy”, ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, em 2006.

DEZAN, Sandro Lúcio; SILVA, Rodrigo Leite da. O emprego da análise ex ante nas políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação executada via emenda parlamentar impositiva como meio de promoção de tecnologias sociais. **Direito e Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, p. 165-180, 2023.

FERRÃO, João; PAIXÃO, José Manuel Pinto. **Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2018.

FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. **Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods** Boca Raton: CRC Press; 2007. Part II policyprocess.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

HARTZ, Zulmira Maria de Araújo. **Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. Editora Fiocruz, 1997.

HOWLETT, Michael; MUKHERJEE, Ishani; RAYNER, Jeremy. The Elements of Effective Program Design: a two-level analysis. **Politics And Governance**, v. 2, n. 2, p. 1-12, 9 jun. 2014. Cogitatio. <http://dx.doi.org/10.17645/pag.v2i2.23>.

MAIA, José Afonso Ferreira. Metodologia para avaliação ex ante e ex post da relevância social de políticas públicas. **Sitientibus**, n. 38, 2008.

MATTOS, Enlinson; TERRA, Rafael. Fundamentos microeconômicos da mensuração de eficiência. **BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F.(organizadores) Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional**, 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Tendências de Turismo: Comportamento da população brasileira**. 2023. Disponível em:

www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-mtur-sp-rj-e-bahia-sao-o-top-3-dos-entr-evidados-que-querem-realizar-viagens-em-2024/IPRIMturTendenciasdeTurismoVero_22.01.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Em 10 anos, Turismo contribuirá com US\$ 16 trilhões na economia dos países, estima WTTC**. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-10-anos-turismo-contribuira-com-us-16-trilhoes-na-economia-dos-paises-estima-wttc>. Acesso em: 04 jun. 2024.

PINTO, Vitor Paulo Villarino. Avaliação ex-post do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Orçamento e Planejamento) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2020.

PRIMERANO, Vincenzo; PENNA, Christiano Modesto. Validando um modelo dinâmico de equilíbrio geral computável para a economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 78, n. 1, p. 0-0, 2024. GN1 Sistemas e Publicações Ltd.. <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20240002>.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Leticia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 46, p. 1271-1294, 2012.

RONDÔNIA. **Decreto nº 21.431, de 29 de novembro de 2016**. Dispõe sobre o Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias, envolvendo ou não as transferências de recursos financeiros entre a Administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação à consecução de finalidades de interesse público de que trata a lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Diário Oficial do Estado, Porto Velho, RO, 2016.

RONDÔNIA. **Lei nº 5.093, de 24 de agosto de 2021**. Dispõe sobre a Política Estadual de Turismo e dá outras providências. Porto Velho: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, 2021.

RONDÔNIA. **Lei nº 5.512, de 21 de dezembro de 2022**. Institui a Rota do Café como circuito turístico no estado de Rondônia. Porto Velho: Governadoria - Casa Civil, 2022.

RONDÔNIA. **Portaria nº 15, de 05 de fevereiro de 2021**. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, nº 75, Seção 1, p. 1, 12 abr. 2021.

RONDÔNIA. **Portaria nº 35, de 23 de abril de 2024**. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, nº 79, Seção 1, p. 1, 30 abr. 2024.

RONDÔNIA. **Setor turístico de Rondônia se fortalece com ações estaduais para atrair mais público.** 2024. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/setor-turistico-de-rondonia-se-fortalece-com-acoes-estaduais-para-atrair-mais-publico/>. Acesso em: 14 mai. 2024.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. **Políticas públicas: coletânea.** Brasília: ENAP, v. 1, p. 28-29, 2006.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI). Rondônia. Disponível em: <https://sei.sistemas.ro.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SOUSA, Leonor Chaves Maia de. **A carência de indicadores, adequação e significado na avaliação do FNE: análise da literatura empírica.** 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM. **These are the top 10 countries for travel and tourism.** 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2024/05/tourism-travel-pandemic-economy/>. Acesso em: 20 jun. 2024.